

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE - SC

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5/2020

OBJETO: Outorga de Concessão Onerosa de serviço de Implantação, exploração e administração de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do Município de Herval d'Oeste.

PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, pessoa jurídica de direito interno privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.400.407/0001-84, com sede à Rua Carlos Gomes nº 1107, Centro, na cidade de Araraquara – SP, por seu Procurador infra-assinado, vem, tempestivamente, com o devido respeito e acatamento à presença de Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso administrativo que propõe a empresa SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A.

DOS FATOS

No dia 03 de novembro de 2020 reuniram-se o Pregoeiro e seus respectivos membros da Equipe de Apoio, designados para realizar os procedimentos da Concorrência Pública 1/2020.

Após a etapa de análise documental, declarou-se habilitada as empresas PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, GVP PARK SERVIÇOS LTDA, HIPER OFF LTDA, BR PARKING ESTACIONAMENTO LTDA, BR-TIC INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SÓ PARAR TECNOLOGIA EM ESTACIONAMENTO EIRELI, RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A, SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL e G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA.

Por esta razão, a empresa SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A apresentou recurso quanto a motivação da habilitação diante da certidão que comprova a regularidade com a Fazenda Municipal, conforme item 8.1.2 do edital.



Sendo assim, necessária se faz a apresentação destas contrarrazões, justificadas pelo direito abaixo enunciados.

DO DIREITO

De acordo com a Empresa recorrente, entende que a empresa recorrida não cumpriu com a exigência prevista no item 8.1.2 alínea 'e':

8.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista (...)

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

A recorrente afirma que a PROVAC apresentou certidão positiva (fls. 24/51), porém, a mencionada certidão possui EFEITO NEGATIVA:

"Certificamos que, para p CNPJ-Base nº 50.400.407, NÃO constam DÉBITOS INSCRITOS na Dívida Ativa relativos a ICMS/ICM, IPVA, ITCMD e Taxas até a data da emissão deste documento, conforme Certidão nº 26554474 (e-CRDA) emitida as 10h56min46s de 04/09/2020, cuja autenticidade pode ser aferida no endereço eletrônico <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>.

A própria recorrente declara em seu recurso: *"Todavia, em leitura rápida é possível notar que o teor da certidão certifica que a empresa detentora do CNPJ nº 50.400.407/0001-84 não possui débitos junto à secretaria da fazenda do Município de Araraquara/SP."*

Ocorre que a recorrida não descumpre o item editalício, tendo em vista que o instrumento convocatório permite a apresentação de certidão positiva com efeito de negativa, conforme item 8.7.2, o que convenientemente a recorrente deixa de observar.

8.7.2. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e CND Trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor sob condição do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



Ora, é totalmente normal a apresentação de certidão positiva, desde que seus efeitos sejam negativos, como ao caso concreto. Isso porque a regularidade fiscal abrange outras denominadas obrigações acessórias de natureza tributária, ou seja, trata-se de expressão mais abrangente do que a quitação dos tributos. Assim como pode existir a regularidade mediante a expedição de uma certidão positiva com efeitos de negativa, ainda que o não tenha havido o pagamento do tributo.

A Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 (Tributos) em seus artigos 205 e 206 regulamenta tal assunto:

"Art. 205. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa." (grifei).

É de ressaltar que não se trata de sanção política, pois o licitante ainda pode discutir o crédito tributário de forma que se mostra igualmente possível a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa para a participação no procedimento licitatório. Assim, o admitir a apresentação de certidões positivas com efeito negativa em si não se mostra inconstitucional ou sequer ilegal.

Para habilitar-se no processo licitatório o interessado deve atender às exigências do edital, que incluem a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, detalhada no artigo 29 da Lei 8.666/1993:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I – prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);



II – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Assim, as certidões positivas com efeito de negativa, usualmente apresentadas pelos participantes nas licitações, devem ser aceitas para habilitação da concorrente que apresentar certidão em tão condição.

Situação muito frequente nas empresas é a impossibilidade de emissão da Certidão Negativa de Débitos por conta da existência de dívida que foi parcelada ou está sendo regularmente questionada. Nestes casos, conforme previsto nos incisos III e VI do art. 151 do CTN, a exigibilidade do crédito tributário está suspensa e, portanto, é possível emitir uma Certidão Positiva com Efeito de Negativa o que dá plena condições da empresa participar do certame licitatório, como ao caso concreto.

Desta forma, mesmo que a recorrente equivocadamente mencione que a certidão seja positiva, a mesma possui os mesmos efeitos conforme estabelece, expressamente, o artigo 206 do Código Tributário Nacional.

Vale ressaltar que a empresa SERBET ao certificar a informação, menciona ter entrado em contato com a secretaria da fazenda de Araraquara/SP, realizando a juntada de uma imagem de uma resposta do e-mail: pfarara@fazenda.sp.gov.br, com os seguintes dizeres:

“Prezado(a),

A referida certidão é autêntica e positiva de débitos, uma vez que há débitos não inscrito do tributo IPVA em aberto,

Atenciosamente,

09:29 (há 2 horas)



Entretanto, ao observar a resposta do e-mail, nos questionamos: Que certidão é autêntica? Não há histórico de que a certidão de regularidade seja a da empresa PROVAC, tanto é que o e-mail de contato trata-se de pfarara@fazenda.sp.gov.br.

Ora, ao navegar pelo Portal da Fazenda, é possível buscar o e-mail de contato do Posto Fiscal de Araraquara – DRT15: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/Noticias/Paginas/Atendimento-ao-p%C3%BAblico-nos-Postos-Fiscais-da-Secretaria-da-Fazenda-e-Planejamento-tamb%C3%A9m-ser%C3%A1-virtual-at%C3%A9-304.aspx>, o que diverge do e-mail “recebido” para a empresa recorrente:

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA	POSTO FISCAL	E-MAIL
DRTC-I - SÃO PAULO	PF-TATUAPÉ	atendimento_drtc1tatuape@fazenda.sp.gov.br
DRTC-II - SÃO PAULO	PF-LAPA	atendimento_drtc2lapa@fazenda.sp.gov.br
DRTC-III - SÃO PAULO	PF-BUTANTÃ	atendimento_drtc3butanta@fazenda.sp.gov.br
DRT-02 - LITORAL	PF-SANTOS	atendimento_drt2litoral@fazenda.sp.gov.br
	PF-PRAIA GRANDE	atendimento_drt2litoral@fazenda.sp.gov.br
DRT-15 - ARARAQUARA	PF-ARARAQUARA	atendimento_drt15araraquara@fazenda.sp.gov.br
	PF-PIRASSUNUNGA	atendimento_drt15araraquara@fazenda.sp.gov.br
	PF-RIO CLARO	atendimento_drt15araraquara@fazenda.sp.gov.br
	PF-SÃO CARLOS	atendimento_drt15araraquara@fazenda.sp.gov.br

Conforme destaque, o contato de atendimento do Posto Fiscal de Araraquara é: atendimento_drt15araraquara@fazenda.sp.gov.br e não pfarara@fazenda.sp.gov.br, o que não possui credibilidade nenhuma tais alegações, visto que em nada se comunicam.



Desta forma, a inabilitação da empresa habilitada acabaria por afastar as regras que a própria Administração Pública no curso do processo da licitação estabeleceu em seu instrumento convocatório, devendo assim, garantir a segurança jurídica e estabilidade na relação jurídica decorrente no presente certame, bem como assegurar o tratamento isonômico com as licitantes, observando estritamente as disposições constantes do edital.

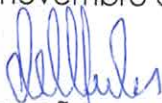
Sendo assim, não há o que prosperar as alegações apresentadas pela recorrente quanto a comprovação da qualificação técnica, pois os atestados atendem ao edital. Não deve ainda, a licitante recorrente realizar tentativas de criar itens editalícios, com finalidade de induzir esta nobre comissão a erro.

DOS PEDIDOS

Requer, que seja julgado improcedente o recurso apresentado pela licitante SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A e que as contrarrazões fundamentadas de PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA venha a ser procedente, mantendo a decisão de habilitação neste certame.

Caso a presente contrarrazões não seja acolhida, contravindos estarão todos os princípios, levando cópia ao Tribunal de Contas para as providências de praxe.

Araraquara, 17 de novembro de 2020



PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

CNPJ 50.400.407/0001-84

Célia de Freitas Mierlos

C.P.F.: 020.426.518-50

R.G.: 6.616.262-2

Proprietária

50.400.407/0001-84

**PROVAC TERCEIRIZAÇÃO
DE MÃO DE OBRA LTDA.**

RUA CARLOS GOMES, 1107
CENTRO - CEP 14801-340
ARARAQUARA SP

